

# GÉNEROS DE TEXTO E RECEPÇÃO TEXTUAL: ESTABILIDADE E DINÂMICA

ANA CALDES

(Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa)

*ABSTRACT: Once the textual dimension cannot be regarded without relation to the dimension of genre, the last one plays an essential role on textual reception. According to this assumption, we consider that genres are able to work as potential guides for the interpretative process of texts in the sense they constitute themselves as a means of regulation of this process. Thus, depending on the interactions established between the text and the genre to which it belongs, different scopes of interpretation may come out; the possibilities permitted, directly linked to the generic competence of the individuals from their experience with texts, are also in relation to the previously defined representations on genres, as far as their composition, their socio-pragmatic aims and their contexts of use are related.*

*KEYWORDS: text; genre; reception; interpretation; composition.*

## 1. Introdução

No âmbito deste trabalho propõe-se uma abordagem dos factos linguísticos coerente com os pressupostos teóricos defendidos no quadro do Interaccionismo Sócio-Discursivo (doravante ISD). Esta corrente do pensamento linguístico, que tem como precursor Jean-Paul Bronckart, dá conta de uma posição epistemológica<sup>1</sup> que põe a tónica no vínculo indissociável entre as actividades de linguagem e as actividades sociais, que aquelas comentam e regulam<sup>2</sup>. De facto, mais do que reflectir sobre os modos pelos quais interagem ambos os tipos de actividade, o ISD “(...) vise à démontrer le rôle

---

<sup>1</sup> Baseada fundamentalmente nos trabalhos desenvolvidos, na linha do interaccionismo social, por autores como Vygotsky, entre outros.

<sup>2</sup> Não obstante a primazia do social sobre o linguístico, a articulação entre os dois tipos de actividades mencionados realiza-se em duplo sentido: se, por um lado, as actividades sociais constituem os quadros organizadores e mediadores das relações dos indivíduos com o meio, por outro, cabe às actividades de linguagem regular e assegurar essa relação, através da construção de instrumentos semióticos (os textos) que possibilitam a concretização efectiva das interacções entre os sujeitos (Bronckart, 2004: 114-115).

fondateur du langage, et notamment du fonctionnement discursif, dans le développement humain (...)” (Bronckart, 2005b: 152).

No seguimento do objectivo expresso pelo autor, propomo-nos aqui reflectir sobre a relevância que possuem os géneros textuais na constituição do *papel fundador* a que aquele se refere, tendo em conta o processo de recepção dos textos. Trata-se, assim, de verificar, no contexto do presente artigo, de que forma e por que meios podemos assumir que os géneros são condicionadores deste processo, influenciando o trabalho de interpretação textual. Para a abordagem que se pretende desenvolver, aceitamos que as questões ligadas à problemática em causa assentam directamente na natureza da relação existente entre os elementos do binómio texto/género. Por conseguinte, e no sentido de explicitarmos o tipo de vínculo estabelecido entre os dois elementos mencionados, assumiremos desde já o género enquanto categoria classificatória que, permitindo agrupar textos com características semelhantes, possibilita categorizá-los, de acordo com Bronckart (1996-1999: 72), segundo diferentes “espécies”. Na sequência deste facto, importa considerar que, se por um lado se aceita a pertença de todo o texto a um determinado género, por outro, não devemos esquecer que a inserção em uma determinada “espécie” é determinada, em parte, pelas características composicionais que esse texto apresenta (aquelas que relevam das unidades e dos processos de composição que integram a constituição de um texto)<sup>3</sup>. Neste contexto, a relação texto/género encontra-se afectada pela dimensão composicional que é intrínseca a ambos, e que, tal como pretendemos mostrar, se revela fundamental no âmbito do processo de recepção dos textos.

## 2. Géneros de texto e actividade social

Da interacção entre as actividades sociais e as actividades de linguagem, tal como acaba de se explicitar no ponto 1, interessa sublinhar a função reguladora que exercem as *formações sócio-linguísticas* sobre os dois tipos de actividade mencionados. Por “formações sócio-linguísticas” designamos as estruturas sociais historicamente situadas que, tendo em vista a organização das actividades colectivas e em função de objectivos, interesses e campos de actividade, definem as interacções de natureza linguística e semiótica entre os sujeitos<sup>4</sup>. Assim, cada formação socio-linguística, articulada a uma dada esfera de actividade, dispõe de géneros textuais que lhe são próprios, tidos como pertinentes no contexto do funcionamento e da especificidade dessa esfera; como refere Bronckart (2005b: 154), a respeito: “(...) ce sont globalement les propriétés de l’activité langagière dans son rapport à l’activité ordinaire [sociale], qui déterminent les formes de réalisation effective de la langue qui constituent les différents genres de textes”.

---

<sup>3</sup> Para um tratamento mais detalhado desta temática, ver Cortes (2005). Não obstante, a questão será abordada mais adiante.

<sup>4</sup> A noção é adaptada de Bronckart (2004: 115).

Neste sentido, as formações socio-linguísticas seleccionam, de entre um conjunto de possibilidades, os recursos semióticos que, para um dado momento socio-histórico, se revelem os mais eficazes para a concretização dos seus propósitos comunicativos; de salientar no entanto que, se por um lado, este é um processo que ocorre de forma deliberada – isto é, que está dependente das opções individuais tomadas relativamente às modalidades de expressão semiótica possíveis e aceitáveis no contexto de uma dada formação – por outro lado, tais opções são igualmente sujeitas aos constrangimentos que, ao nível da organização interna das formações socio-linguísticas, decorrem de regras, normas e valores por parte destas, visando definir e explicitar tais modalidades<sup>5</sup>. Pelo que se acaba de dizer, e na sequência da relação que os géneros textuais – e, conseqüentemente, os próprios textos, na qualidade de objectos empíricos, assumem com a actividade socio-histórica que os gera – subscrevemos, pois, a perspectiva de Bronckart (2005a: 62) que salienta, a propósito, o seguinte:

(...) os géneros de textos constituem produtos de *configurações de escolhas* por entre as possíveis, que são momentaneamente cristalizadas ou estabilizadas pelo uso. Estas escolhas relevam do trabalho que cumprem as formações socio-linguísticas para que os textos sejam adaptados às actividades que eles comemtam, adaptados a um dado medium comunicativo, eficazes face a um determinado dado social, etc.

Mas, estando estreitamente vinculada às actividades sociais, que se encontram em mutação permanente, a história das formações socio-linguísticas tende naturalmente a evoluir, seja em função dos condicionalismos impostos pela conjuntura socio-histórica em que as mesmas se inscrevem, seja pela transformação e evolução da própria esfera de actividade a que estão associadas; por conseguinte, também os géneros textuais que, num dado momento sincrónico, servem os interesses e os objectivos de uma dada formação socio-linguística estão propensos a modificar-se e a evoluir, adaptando-se às necessidades sentidas no contexto do funcionamento dessa formação.

Tal processo de adaptação, tão necessário para a adequação dos géneros às situações comunicativas particulares em que ocorrem é, no entanto, revelador da flexibilidade de que, por natureza, os géneros são dotados, a par da sua relativa estabilidade. A flexibilidade intrínseca que (sendo variável, em maior ou menor grau) é própria dos géneros textuais e permite que estes acompanhem a evolução das formações socio-linguísticas de que fazem parte, é susceptível de levá-los, como salienta Bronckart, a desvincular-se das suas motivações iniciais para servirem a *expressão de outras finalidades* – por outras palavras, diremos que é da flexibilidade dos géneros – característica que, a nosso ver, lhes é constitutiva, que advém a capacidade que estes possuem de se moldarem aos contextos de uso particulares (por vezes ines-

---

<sup>5</sup> Cf. Bronckart (2004: 115).

perados e imprevisíveis) a que se aplicam, o que faz deles objectos em (re)adaptação permanente no contexto das respectivas formações.

### 3. Do género como pré-construto à recepção do texto

Disponíveis, a título de construtos pré-existentes, no *espaço estruturado do arquiteyto*<sup>6</sup>, os géneros textuais constituem-se, segundo Bronckart, como uma espécie de “reservatório de modelos de referência” para as práticas textuais empíricas levadas a cabo pelos sujeitos; são, pois, estes modelos que, estando relativamente estabilizados num determinado momento sincrónico de utilização da língua, estão aptos a serem utilizados nas mais diversas situações comunicativas. Assim, diremos que toda a aplicação de um género a uma situação comunicativa particular resulta fundamentalmente da actualização do modelo pré-existente que é disponibilizado, para esse mesmo género, no espaço arquiteyto, e que aí existe em potência, pronto a ser *adoptado* e posteriormente *adaptado* às características do quadro socio-comunicativo em que ele ocorre<sup>7</sup>.

Mas, não obstante a relativa estabilidade que os caracteriza, os géneros estão sujeitos a avaliações permanentes – formuladas pelos sujeitos em função das indexações sociais de que, por natureza, os géneros são portadores; estas indexações que, segundo Bronckart, são de ordem referencial, comunicacional e cultural são determinadas pelas representações colectivas relativas, respectivamente, ao conteúdo que um determinado género é passível de comentar, ao tipo de interacção que é suposto estabelecer com o seu potencial destinatário e ao valor de uso geralmente atribuído à prática desse género<sup>8</sup>. Desta forma, é o género que, na qualidade de modelo pré-existente – e a par das indexações sociais de que se encontra afectado – estipula, no contexto das situações comunicativas a que ele se aplica, *o que deve ser dito e como deve ser dito*.

A posição que acabamos de subscrever enquadra-se também na perspectiva defendida por autores como Rastier (1989: 37) o qual, sublinhando o carácter prescritivo dos géneros de texto, refere o seguinte: “Un genre est un programme de prescriptions positives ou négatives, et de licences **qui règlent aussi bien la génération d’un texte que son interprétation**; elles ne relèvent pas du système fonctionnel de la langue, mais d’autres normes sociales” (sublinhado nosso). Assumido este facto, aceitamos o pressuposto de que,

<sup>6</sup> Cf. Bronckart (2005a: 63): O termo “arquiteyto” refere-se ao conjunto dos géneros pré-elaborados e utilizados pelas gerações anteriores, prontos a serem seleccionados, de entre as opções possíveis, para serem aplicáveis às situações de comunicação particulares.

<sup>7</sup> Para Bronckart (2005a: 73), toda a produção textual implica a realização de um duplo processo de adopção e de adaptação de um género – primeiro, pela selecção do modelo de género considerado pertinente para realizar uma determinada função comunicativa, numa dada situação de interacção, de seguida, pela adaptação desse género às particularidades da situação única e singular que ele semiotiza.

<sup>8</sup> Cf. Bronckart (2005a: 62).

quer no processo de produção, quer no de recepção textual, a dimensão genérica ocupa um lugar central ao funcionar como elemento regulador desses mesmos processos. No entanto, tendo em conta a abordagem que se pretende desenvolver no contexto do presente artigo, são as questões relativas à recepção dos textos – isto é, às condições segundo as quais os textos são lidos e interpretados – que aqui particularmente nos interessam.

Um ponto central da problemática que envolve a relação entre os gêneros textuais e o processo de recepção dos textos diz respeito ao papel que aqueles, na qualidade de pré-construtos, desempenham nesta relação. Assim, diremos que a recepção de qualquer texto está fortemente condicionada pelo gênero de que esse texto participa – como refere Adam (1999: 93), “le genre n’est que l’horizon du texte”. Este facto impõe considerar que os gêneros funcionem, ao nível do processo de recepção, como *guias potenciais* desse processo, ao estabelecerem-se eles próprios como “balizas” para as interpretações possíveis de ocorrer, no quadro de uma situação comunicativa específica, para um texto singular – quando alguém produz um texto, fá-lo para que ele seja interpretado (pelo menos, *a priori*) no quadro do gênero em que ele se inscreve. Nesta óptica, diremos que a dimensão genérica actua, na construção desse “balizamento”, de dois modos: por um lado, fazendo prever as possibilidades de interpretação associadas, para cada texto singular, ao uso de um determinado gênero, tendo em conta a situação comunicativa em que ele se inscreve; por outro, e a partir das indexações sociais de que cada gênero é portador, permitindo antever à partida alguns dos traços característicos – aqueles que, por estarem estabilizados, são relevantes para a construção da identidade do gênero. Assim sendo, consideramos que os gêneros possuem uma função que é por natureza instrucional, no sentido em que traduzem conjuntos de instruções para a interpretação dos textos. É, pois, em função dessas instruções – directamente associadas às características do gênero em causa, que são estabelecidas as interpretações que podem ocorrer, para um determinado texto, tendo em conta o gênero de que ele faz parte. Como sublinha Rastier (1989: 15):

D’une part, il y a une objectivité du sens, dans la mesure où le texte contraint – sans pourtant les déterminer entièrement – les lectures plausibles qu’on peut en faire. (...) **Mais encore le texte, ne serait-ce que par son genre, contient des instructions interprétatives, qui, explicites ou non, ne peuvent être négligées sans réduire l’interprétation à une réécriture lacunaire. Tout cela contraint les parcours interprétatifs possibles, et même l’imagerie mentale du lecteur** (sublinhado nosso).

No decurso da experiência pessoal dos sujeitos com os (gêneros de) textos, através da qual se desenvolve a sua competência genérica, eles aprendem igualmente a gerir os conhecimentos que possuem relativamente à prática dos gêneros. Na verdade, são estes mesmos conhecimentos que permitem aos sujeitos posicionar-se perante os textos empíricos que inevitavelmente fazem parte do seu quotidiano: no sentido em que as representações prévias relativas aos gêneros de texto geram, nos sujeitos, expectativas quan-

to ao funcionamento desses géneros, o processo de interpretação dos textos não pode deixar de estar afectado pela natureza dessas expectativas – que propósito comunicativo devo esperar deste género? que tema(s) pode(m) dele constar? que características formais devo esperar que apresente?

Assim, diremos que a competência genérica dos sujeitos se revela uma ferramenta fundamental no processo de recepção do texto, ao permitir prever ou, pelo menos, ao condicionar os termos segundo os quais deve realizar-se essa recepção: se faz parte do nosso conhecimento prévio saber que a cada género textual estão associados objectivos comunicativos específicos é porque, de forma mais ou menos inconsciente, aceitamos que eles fazem parte de um *contrato comunicativo*, do modo como o explicita Charaudeau (2002: 309):

It appears that a speaker and an addressee are bound by a reciprocal recognition contract that allows them to understand each other. This contract has the function of constraining the operating procedures of production and interpretation of the communication act, while at the same time allowing the participants to co-construct the sense.

A noção de contrato comunicativo, tal como é apresentada na citação anterior, pareceu-nos relevante para dar conta de como a tarefa de interpretação dos textos ou, se quisermos, de construção do sentido mobiliza o pressuposto de que os textos, enquanto unidades de comunicação, possuem uma existência pragmática – de facto, eles constituem-se sempre como produtos de uma situação de interacção que, visando a concretização de determinados fins, implica a construção de um quadro comunicativo em que os seus participantes aceitam posicionar-se enquanto produtor e destinatário. Logo, quem lê um texto sabe que há nele, à partida, uma intenção comunicativa subjacente. Este facto que, a nosso ver, é um aspecto essencial do processo de recepção do texto pode revelar-se também, por outro lado, um elemento constrangedor dos percursos interpretativos levados a cabo no âmbito desse processo.

#### **4. Leitura e interpretação**

Antes de avançarmos, interessa agora dar conta da distinção conceptual e terminológica que merece ser apontada relativamente a dois conceitos que nos parecem relevantes para o tratamento da problemática da recepção textual e que aqui pretendemos distinguir, a saber, “percurso de leitura” e “percurso interpretativo”. Assumimos que todo o texto constitui uma unidade comunicativa, estruturalmente organizada e, pelo menos no que concerne ao caso dos textos produzidos em suporte escrito, em que o texto ocupa um determinado espaço físico, partimos do princípio de que a leitura possa ser feita em vários sentidos, dependendo das opções, mais ou menos (in)conscientes, do leitor – da esquerda para a direita, de cima para baixo, para nomear os sentidos mais habituais, além de outros eventualmente possíveis. À orientação que toma, desta forma, a leitura do texto chamaremos “percurso de leitura”. Por outro lado, na sequência desta abordagem, se

assim podemos dizer, “espacial” do texto, têm lugar, a um nível mais elaborado, os “percursos interpretativos”, que entendemos como a(s) orientação(ões) que toma a leitura do texto em função dos nexos relacionais passíveis de serem estabelecidos entre as diferentes unidades que o integram, com vista ao seu reconhecimento como unidade de significação.

Na posição que aqui assumimos não estamos, de forma alguma, a tomar os conceitos explicitados como opostos. A necessidade da distinção decorre, a nosso ver, do facto de os mesmos remeterem para realidades distintas e mesmo complementares – no sentido em que, se parece evidente que a ocorrência dos percursos de leitura (realizados mediante a orientação que toma a leitura “espacial” do texto) é uma condição necessária, senão a primeira, para a concretização dos percursos interpretativos, há que levar em conta que ela poderá ser igualmente condicionadora desses percursos. De facto, quando realizamos um determinado percurso de leitura, fazêmo-lo certamente na expectativa de que ele produza coerência; como refere Lehnert (1980: 83): “As people read text, they generate expectations about what is going to happen next and what they are likely to hear about next. The process of understanding is largely a process of generating such expectations and recognizing when an expectation has been substantiated or violated”. Ora essa coerência não pode ser construída senão a partir da própria organização do texto, pelo que se assume que a disposição das suas unidades não deve ser, de antemão, realizada aleatoriamente. Não obstante, e não sendo alheia a este aspecto, a construção dos percursos interpretativos parece ser directamente influenciada pelas indexações sociais relativas aos gêneros de texto: se a um dado género textual estão associados, de forma recorrente, propósitos comunicativos específicos, os percursos interpretativos a levar a cabo deverão orientar-se visando a consecução desses propósitos, correndo-se o risco de, caso isso não aconteça, não se reconhecer a adequação desse género à situação socio-comunicativa em que ele se enquadra.

## 5. Composicionalidade e recepção textual

Na sequência de estudos anteriores<sup>9</sup>, aceitamos que o termo “composicionalidade” designa uma propriedade constitutiva de qualquer texto, no sentido em que, independentemente de serem fruto de uma elaboração mais simples ou mais complexa, todos os textos apresentam, invariavelmente, uma determinada composição. Por conseguinte, as unidades que deles fazem parte são chamadas “unidades composicionais”. No seguimento da perspectiva adoptada em Cortes (2005) aceita-se que as unidades composicionais que integram um determinado texto podem ser caracterizadas segundo três critérios: a sua natureza, a disposição que apresentam no espaço textual e a recorrência com que surgem associadas a determinados gêneros textuais.

---

<sup>9</sup> Cf. Cortes (2005).

Para a problemática que, no contexto deste artigo, nos interessa particularmente estudar, diremos que os critérios apontados poderão revelar-se úteis para o tratamento das questões relativas à recepção dos textos, no sentido em que, a nosso ver, eles remetem para factores passíveis de influenciar a construção dos percursos interpretativos que neles possam ocorrer. Mas, antes de tecermos quaisquer considerações a respeito, interessa explicitar o conceito de “plano de texto” – conceito proposto por Jean-Michel Adam para designar a “organização global do texto” – e que entendemos ocupar uma posição de relevância nas reflexões sobre a recepção textual. Explicitemos. De um modo geral, diremos que a organização global de qualquer texto é marcada por dois aspectos: por um lado, a natureza das suas unidades composicionais, por outro, a disposição que essas unidades assumem no espaço físico/material do texto.

Ora parece-nos que, numa primeira instância, é justamente a disposição das unidades composicionais que se revela determinante para a orientação que tomam, num determinado texto (e independentemente das diversas opções possíveis) os percursos de leitura realizados pelos sujeitos. No seguimento deste facto, decorre que a construção dos percursos interpretativos não pode deixar de estar afectada pela orientação que tomam os percursos de leitura e que, pelas razões que explicitámos no ponto 4, lhes são necessariamente prévios. Nesta linha, talvez possamos dizer que, ao nível da recepção textual, leitura e interpretação são, metaforicamente falando, “duas faces da mesma moeda”; de facto, a percepção do texto como objecto socio-comunicativo não pode estar desvinculada de nenhuma delas: a complementaridade é, portanto, necessária. O que é curioso (e também complexo) é perceber em que termos a articulação entre os percursos de leitura e os percursos interpretativos contribui para a construção da coerência global do texto, não só ao nível dos recursos linguísticos mobilizados, como ao nível da adequação do texto ao modelo do género de que faz parte. Pela nossa parte, pensamos que esta articulação é mobilizadora das representações relativas ao próprio género em causa; são, assim, tais representações que favorecem ou influenciam as relações ou o tipo de relações a estabelecer entre as unidades composicionais do texto – aceitando que todo o texto é produzido com o propósito de ser coerente, conscientemente ou inconscientemente aceitamos que a presença de tais unidades não é aí aleatória; logo, somos levados a inferir da pertinência das unidades que integram a constituição do texto, já que faz parte do nosso leque de expectativas (enquanto leitores/interpretantes) que elas o sejam.

Um outro aspecto que merece ser destacado diz respeito à (possível) relação entre a natureza das unidades composicionais que constituem o espaço textual e o seu papel, enquanto elementos do plano de texto, no processo de recepção. A possibilidade de co-existência de unidades verbais e não-verbais é um traço da identidade de textos de determinados géneros – veja-se, por exemplo, o caso do *anúncio publicitário*, do *cartoon*, da *banda desenhada*, para citar alguns, sendo que a presença, aí, dos dois planos mencionados é revestida de uma profunda articulação entre eles; logo, os percursos interpretativos passíveis de serem construídos nos exemplares de texto pertencem-

tes aos géneros mencionados aparecem como marcadamente condicionados pelos meios segundo os quais essa articulação se processa. Não obstante, e não nos referindo agora estritamente à relação entre unidades verbais e não-verbais, diremos que ambas permitem estabelecer, à vez, nexos relacionais de carácter distinto. Assim, relativamente às unidades verbais, parece-nos que elas favorecem a construção de nexos de ordem lógica (de acordo com os quais se expressam valores de contraste, adição, consequência, oposição, causa, etc., e se dá conta de processos de reformulação, retoma e progressão). No que respeita às unidades não-verbais, diremos, no caso da imagem, que ela propicia a ocorrência de nexos relacionais que são, frequentemente, de natureza associativa e/ou complementar relativamente às unidades verbais com que aquela se relaciona; por outro lado, no caso das marcas semiográficas, estas podem tanto estabelecer relações de fronteira com as outras unidades com que interagem (como acontece com os sinais de pontuação), como traduzir relações marcadas por uma função de destaque, realce ou, geralmente falando, de sinalização das unidades a que se aplicam (sendo esse papel habitualmente atribuído aos asteriscos, setas, sublinhados, etc.). Todos estes aspectos influenciam a construção dos percursos interpretativos realizados em um determinado texto, orientando a sua recepção.

Determinadas unidades composicionais encontram-se de modo recorrente vinculadas à prática de determinados géneros. Desta forma, elas constituem um traço da sua identidade, justificando que sejam designadas “parâmetros de género”<sup>10</sup> – é o caso, por exemplo, da marca do produto publicitado e do *slogan* (no que respeita ao anúncio publicitário), das fórmulas de abertura e de despedida (no caso da carta) ou, relativamente à notícia, do título resumindo o conteúdo noticiado.

É precisamente o carácter de recorrência que caracteriza unidades deste tipo que resulta determinante no processo de recepção textual ou, pelo menos, parece ser condicionador desse processo. No sentido em que estas unidades semiotizam, no texto, os traços formais do género de que fazem parte admitimos, na sequência disso, que elas denunciam a identidade desse género (pelo menos até certo ponto)<sup>11</sup>. Assim sendo, os parâmetros de género ajudam a explicitar o quadro comunicativo no contexto do qual deve ocorrer a interpretação do texto, dando a ver, de antemão, que percursos interpretativos podem ser realizados, para esse texto, tendo em conta não só o género em que este se inscreve, como os propósitos comunicativos que sabemos, *a priori*, estarem correntemente associados à prática de um dado género. Retomando o que foi mencionado no ponto 3 acerca da função de “baliza-

---

<sup>10</sup> O termo “parâmetros de género” foi introduzido no contexto do sub-projecto GeTOC (Géneros Textuais e Organização do Conhecimento, incluído no projecto DISTEX – Discursos e Textos do Português Moderno e Contemporâneo), desenvolvido durante o triénio 2003-2006, no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>11</sup> No entanto, a presença deste tipo de unidades não é, por si só, garantia suficiente para o reconhecimento da identidade do género. Neste processo, há que levar em conta os objectivos comunicativos que, podendo ser inferidos da materialidade do texto, estão associados à prática de um determinado género constituindo, assim, um dos seus traços característicos.

mento” que os géneros assumem no processo de recepção textual, cabe agora considerar a possibilidade de que esse processo seja despoletado, em primeira instância, pela composição do próprio texto, em que a presença dos parâmetros de género, deixando adivinhar, pelo menos do ponto de vista formal, a identidade do género de que ele participa, faz mobilizar a competência dos sujeitos relativamente ao conhecimento que estes possuem acerca da prática e do contexto de uso desse género.

A ocorrência, em um determinado texto, de unidades (e/ou processos) composicionais característicos do funcionamento de um determinado género dá conta daquilo que assumimos designar, no seguimento de estudos anteriores<sup>12</sup>, de “composicionalidade genérica”. Nesta linha, e de acordo com o que temos vindo a referir, destacamos a composicionalidade genérica como um dos factores que, em primeira análise, fornece aos sujeitos as directrizes necessárias ao estabelecimento dos quadros interpretativos no âmbito dos quais deve realizar-se a recepção do texto. Isto implica pensar que determinadas unidades composicionais, estando vinculadas a determinados géneros, são um factor de identificação desse género; neste sentido, elas activam a competência genérica dos sujeitos fazendo com que os percursos interpretativos se orientem num dado sentido – aquele que permite estabelecer, entre as unidades composicionais do texto, os nexos relacionais necessários e propícios à construção da coerência global desse texto.

Explicitados os termos segundo os quais consideramos que a natureza e a disposição das unidades composicionais constituem factores passíveis de influenciar o modo como os textos são lidos e interpretados, interessa, findas as considerações apontadas, voltar a retomar o conceito de “plano de texto” no sentido de sublinhar dois aspectos que nos parecem fundamentais no que concerne à relação entre a organização global do texto e o seu processo de recepção. Um primeiro aspecto tem que ver com o pressuposto de que qualquer plano de texto deva ser necessariamente articulado; por conseguinte, reconhecer a organização de conjunto do texto significa reconhecer que as suas unidades composicionais estabelecem uma necessária articulação entre si. Desta forma, a construção dos percursos interpretativos é sempre orientada para a globalidade ou, melhor dizendo, para a “descodificação” da significação global do texto. Um outro aspecto diz respeito ao facto de assumirmos que a configuração que assume, em cada texto singular, o plano de texto que lhe está associado é condicionadora do processo de recepção textual – por um lado, tornando previsível a orientação que deverão tomar os percursos de leitura tendo a conta a disposição das unidades composicionais do texto; por outro, e na sequência deste facto, favorecendo a construção de determinados percursos interpretativos, em detrimento de outros possíveis, de acordo com os nexos relacionais que, passíveis de ocorrer em um determinado texto são, em grande medida, potenciados pela própria situação socio-comunicativa em que esse texto se inscreve.

---

<sup>12</sup> Comunicação apresentada no âmbito do II Fórum de Partilha Linguística, que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, entre 12 e 13 de Julho de 2007.

## 6. Análise textual

O texto em análise (texto 1), que a seguir se apresenta, constitui um exemplar pertencente ao gênero *anúncio publicitário*<sup>13</sup>. De acordo com as considerações desenvolvidas nos pontos anteriores tentaremos mostrar, a partir da análise linguística que se segue, por que meios nos parece ser possível atestar, pelo menos no que concerne especificamente a este exemplar, que o processo de recepção/interpretação do texto é fortemente condicionado pela composição que esse mesmo texto apresenta, em função do gênero em que o mesmo se inscreve. Por outro lado, pretende-se também dar conta de como a organização composicional deste texto, conduzindo à formulação de determinados percursos interpretativos, faz parte de uma estratégia linguística visando a concretização dos objetivos publicitários do gênero de que este texto participa.

Mérito

s. m. O que torna uma instituição

digna de aprovação,

de estima, de consideração;

valor, merecimento.

Aquilo que uma coisa

tem de apreciável, aptidão.

PRIVATE BANKERS

Banco Comercial Português NA TRADIÇÃO DOS MELHORES BANQUEIROS

TEL: 800 2  
E-MAIL: privatebankers

Texto 1

---

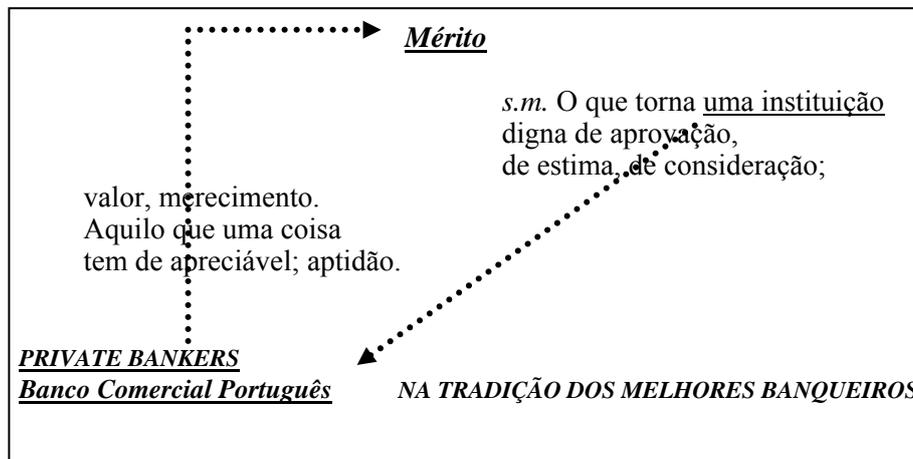
<sup>13</sup> Publicado in revista *Volta ao Mundo*, 72, Outubro de 2000, p. 13.

Numa primeira abordagem ao texto que acima se apresenta, podemos observar, em termos composicionais, um plano de texto marcado pela co-existência de dois blocos de unidades que estão correntemente associadas a géneros textuais distintos, a saber, o *verbete de dicionário* e o *anúncio publicitário*. Assim, verificamos a presença de uma unidade lexical – “*Mérito*” – seguida da indicação da sua categoria gramatical (“*s.m.*”) e respectiva definição (“*O que torna uma instituição digna de aprovação, ... aptidão*”), sendo que este bloco de unidades apresenta, de uma forma geral, características semelhantes às que podem ser observadas num verbete de dicionário. Por outro lado, e como unidades composicionais que podemos facilmente associar ao género *anúncio publicitário*, destacamos o nome da entidade publicitada (“*Private Bankers – Banco Comercial Português*”) e o *slogan* (“*Na tradição dos melhores banqueiros*”).

Parece-nos que é, pois, a partir da interacção entre estes dois grandes blocos de unidades que acabámos de mencionar que se desenha o percurso interpretativo a estabelecer, para este texto particular, levando em consideração o género textual de que ele faz parte. Vejamos. Assumindo que o percurso de leitura deste texto se orienta da esquerda para a direita e de cima para baixo, a unidade lexical “*Mérito*” constitui, assim, a jeito de “*entrada lexical*”, o ponto de partida da leitura do texto, após a qual se segue – respeitando, aliás, a prática corrente e prevista para qualquer verbete – a respectiva definição. É justamente na parte inicial da definição apresentada, em que se refere “*Mérito – o que torna uma instituição digna de aprovação, de estima, de consideração*”, que se inicia a construção do percurso interpretativo deste texto. De facto, um primeiro nexos relacional de que podemos dar conta é aquele que se estabelece entre o sintagma nominal “*uma instituição*” e o nome da instituição publicitada “*Private Bankers – Banco Comercial Português*”, no sentido em que o valor indefinido desse sintagma passa a definir-se à medida que o percurso de leitura progride, levando-nos a interpretar, tendo em conta o carácter publicitário deste texto, o sintagma nominal “*uma instituição*” como referindo-se à instituição publicitada – o “*Banco Comercial Português*”. Desta forma, diremos que a ocorrência deste sintagma, neste momento (inicial) do percurso de leitura do texto, não surge aí de forma gratuita; na verdade, se considerarmos a variedade de unidades lexicais que poderiam eventualmente figurar no sintagma nominal em causa, em vez da unidade “*instituição*”, poder-se-á concluir que esta mesma unidade revela-se condicionadora do percurso interpretativo que se pretende que seja construído no texto – na medida em que, ao “*forçar-nos*”, de certa maneira, a interpretar como co-referentes o sintagma nominal e a instituição publicitada, ela limita, de certa forma, as possibilidades interpretativas admitidas, neste texto, tendo em conta o nexos estabelecido entre os dois blocos de unidades mencionados.

Num segundo momento da interpretação verificamos, não obstante, que o percurso interpretativo até aqui desenhado parece orientar-se, desta vez, em direcção ao ponto inicial do percurso de leitura do texto – a unidade “*Mérito*”. Esta orientação, motivada pelo nexos relacional passível de ser

estabelecido entre essa unidade composicional e a instituição publicitada, sugere uma interpretação que qualifica positivamente a instituição em causa constituindo, deste modo, uma das estratégias persuasivas/argumentativas do texto.



Quadro 1

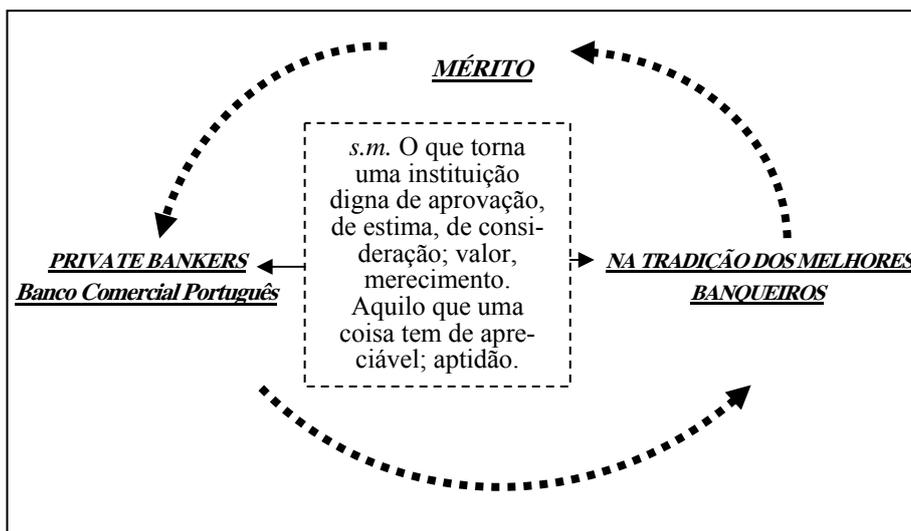
Um outro aspecto a referir diz respeito à relação que, a nosso ver, se pode estabelecer entre as ocorrências lexicais “*mérito*”, “*aprovação*”, “*estima*”, “*consideração*”, “*valor*”, “*merecimento*”, “*apreciável*”, “*aptidão*” e a unidade composicional “*Na tradição dos melhores banqueiros*”. Por conseguinte, parece-nos que essas ocorrências expressam uma valoração positiva que vem reforçar e/ou justificar o valor (igualmente) positivo do superlativo “*melhores*”, conduzindo a uma interpretação que nos permite inferir, seja pelo estabelecimento de uma relação de sinonímia, seja de causalidade, os seguintes nexos relacionais:

a) “os melhores” [equivalente a] com mérito; dignos de aprovação, de estima, de consideração; de valor, de merecimento; apreciáveis; com aptidão para;

b) “os melhores” [porque] têm mérito; são dignos de aprovação, de estima, de consideração, de valor, de merecimento; são apreciáveis; estão aptos para.

O percurso interpretativo de que até aqui se dá conta assenta, como vimos, na interação que pode ser estabelecida entre as unidades composicionais que integram os dois grandes blocos do plano de texto identificados no início da nossa análise. A construção desse percurso, tal como o temos vindo a definir, realiza-se segundo um movimento (interpretativo) que oscila entre os dois blocos em causa, permitindo explicitar/concretizar/definir relações pontuais entre as suas diferentes unidades de composição, como aquelas que acabámos, aliás, de apontar. Não obstante este facto, assumimos, para

este texto em particular, que a (des)construção da significação global do texto exige, da parte do leitor/interpretante, uma necessária reorganização interpretativa que conduz, por sua vez, ao estabelecimento de um nexos relacional global entre três das unidades composicionais do texto – “*Mérito*”, “*Private Bankers – Banco Comercial Português*” e “*Na tradição dos melhores banqueiros*”. Essa reorganização traduz um outro momento do percurso interpretativo deste texto que se processa, levando em conta os nexos relacionais que anteriormente explicitámos, segundo um movimento circular, como o esquematiza o quadro 2.



Quadro 2

Das unidades composicionais apresentadas no quadro 2, duas delas – “*Mérito*” e “*Na tradição dos melhores banqueiros*” – parecem trabalhar argumentativamente para a concretização do objectivo publicitário deste texto. Na verdade, parece-nos que o reconhecimento da função argumentativa que lhes atribuímos é resultado da reorganização interpretativa que, como referimos, deve necessariamente ocorrer para que seja “descortinada” a significação global do texto, no contexto do género em que o mesmo se inscreve. Este processo, que implicou, antes de mais, uma redefinição ou, se assim podemos dizer, uma “reciclagem” do percurso de leitura inicial realizado, conduziu, posteriormente, à construção de novos nexos relacionais entre as unidades de composição do texto – aqueles que, como mostra o quadro 2, permitem colocar em diálogo as unidades composicionais em causa. Estes nexos, construídos com base na re-orientação que tomou o percurso interpretativo realizado numa primeira fase da leitura/interpretação do texto, assentaram num movimento interpretativo que levou em conta não só a organização

composicional do texto, como também, e fundamentalmente, o propósito comunicativo que sabemos estar-lhe associado, levando em consideração o nosso conhecimento prévio sobre a prática do gênero em causa – o *anúncio publicitário*. Aceitamos ainda que é em função desse conhecimento que a reorganização interpretativa ganha sentido, no sentido em que, tomando o texto como unidade de significação, os contornos que assume essa reorganização visam, em última instância, a (des)construção do texto enquanto exemplar de um gênero. O momento do percurso interpretativo esquematizado no quadro 2 parece justamente dar conta dessa (des)construção, conseguida, em última instância, pela re-definição que tomou esse mesmo percurso em função da articulação global das unidades envolvidas, no seguimento da qual nos é possível considerar a possibilidade de ocorrência dos seguintes nexos relacionais:

- a) *Private Bankers – Banco Comercial Português*: aquele que está na tradição dos melhores banqueiros;
- b) *Na tradição dos melhores banqueiros: os melhores banqueiros* possuem mérito;
- c) *Mérito*: é uma característica do *Banco Comercial Português*.
- d) Portanto, deve o leitor/consumidor usufruir dos serviços da instituição publicitada: o *Banco Comercial Português*.

## 7. Gêneros, textos e interpretação – que estabilidade / que dinâmica?

De acordo com a perspectiva que temos vindo a defender, assumimos que o processo de recepção de qualquer texto se encontra fortemente condicionado pelo gênero de que participa. Desta forma, a realização dos percursos interpretativos ocorre, para um determinado texto, dentro do escopo de possibilidades de interpretação que esse gênero admite. Não obstante este facto, pensamos que o processo de recepção dos textos pode estar afectado, consoante o caso, de uma certa estabilidade e/ou dinâmica, dependendo da forma como interagem, para a (des)construção da significação global do texto, o percurso de leitura e o percurso interpretativo.

Consideramos, portanto, falar de estabilidade sempre que o percurso interpretativo realizado em um determinado texto acompanha a orientação que toma, nesse texto, o seu percurso de leitura; ou seja, se a orientação de ambos se processa no mesmo sentido. Da relação uni-direccional que entre eles se estabelece decorre uma tendência natural para que os nexos relacionais construídos no decorrer do processo de interpretação sejam formulados à medida que avança a progressão da leitura do texto, dando conta de um percurso interpretativo linear e estável relativamente ao percurso de leitura que o desencadeia e possibilita.

Por outro lado, admitimos que as interpretações dinâmicas ocorrem nos casos em que a construção do percurso interpretativo do texto imponha como necessária a re-orientação do seu plano de leitura, estabilizado e previsível – aquele que se orienta, seguindo a ordem habitualmente assumida, de cima

para baixo e da esquerda para a direita. Desta forma, a progressão linear da leitura do texto não constitui, desta vez, garantia para a realização do percurso interpretativo considerado como “adequado” para um dado texto em particular, tendo em conta o propósito comunicativo desse texto. Este facto implica, ao contrário do que acontece com as interpretações mais estáveis, que a construção dos nexos relacionais necessários à interpretação do texto exija não só a retomada de determinadas unidades composicionais, como também a retomada de nexos relacionais anteriores ao momento actual de interpretação do texto. Neste processo, que consideramos dinâmico, a dimensão genérica dos textos desempenha um papel que nos parece ser decisivo, no sentido em que o género funciona aí como eixo norteador, fazendo-nos prever, para cada texto, que contornos deve assumir a sua interpretação de forma a cumprir o efeito socio-comunicativo que o texto, enquanto objecto de comunicação, deve exercer sobre o seu destinatário.

O trabalho de interpretação caracteriza-se, assim, como um trabalho dotado de uma profunda natureza interactiva no sentido em que resulta da colocação, em posição de interface, dos três aspectos mencionados no subtítulo deste ponto – os géneros, os textos e o processo de interpretação. Diremos assim que o texto pode ser assumido, do ponto de vista da recepção, como uma realidade em permanente (des)construção afectada, em todo o caso, não só pela dimensão linguística da actividade humana (ao nível dos recursos linguísticos mobilizados), como pela dimensão subjectiva que é intrínseca a essa actividade, a qual, sendo responsável pela singularidade que caracteriza a interpretação de qualquer texto, faz dele um objecto único e exclusivo.

## Referências

- Adam, Jean-Michel (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.
- Bronckart, Jean-Paul (2005a). Os géneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interacções de desenvolvimento. In Fernanda Miranda Menéndez (org.) *Análise do Discurso*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa / Hugin Editores, pp. 39-79.
- Bronckart, Jean-Paul (2005b). Les différentes facettes de l’interactionnisme sócio-discursif. *Calidoscópico*, 3 (3), Set./Dez. 2005, pp. 149-159.
- Bronckart, Jean-Paul (2004). Commentaires conclusifs. Pour un développement collectif de l’interactionnisme sócio-discursif. *Calidoscópico*, 2 (2), Jul./Dez. 2005, pp. 113-123.
- Bronckart, Jean-Paul (1996-1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP. (Trad. port. de *Activité langagière, textes et discours. Pour une interactionnisme socio-discursif*. 1996. Lausanne: Delachaux et Niestlé.)
- Charaudeau, Patrick (2002). A communicative conception of discourse. *Discourse Studies*, 3. London: Sage Publications, pp. 301-317.

- Cortes, Ana Caldes (2005). *Textos, gêneros e composicionalidade – para uma abordagem do anúncio publicitário*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa.
- Lehnert, W.G. (1980). The role of scripts in Understanding. In Dieter Metzinger (ed.) *Frame conceptions and text understanding*. Berlin-New York: Walter de Gruyter, pp. 79-95.
- Machado, Anna Rachel (2005). A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In J. L. Meurer, Adair Bonini & Désirée Motta-Roth (orgs.) *Gêneros – teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 237-259.
- Rastier, François (1989). *Sens et textualité*. Paris: Hachette.